MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA:
falas femininas da repressão militar (Recife-PE, 1964-1979)

Andréa Bandeira*

Resumo: Ante o contexto exposto, pretendemos observar como mulheres que operaram em campos diferentes da política e da resistência, no Recife, perceberam o Golpe, a atuação dos militares e se relacionaram com as forças repressivas durante a Ditadura, notando as ações perpetradas por quatro mulheres recifenses, a partir de quatro realidades sociais distintas e quatro atuações diferentes, mas que se coligaram por suas participações iminentes nos eventos precipitados no processo do golpe militar de 1964.

Palavras-chaves: Mulheres; Memória; Resistência; Golpe de 1964.

Abstract: Before the displayed context, we intend to observe as women who had acted in different fields of the politics and of the resistance, in Recife, they had the time perceived the Blow, the performance of the military and as if they had related with the repressive forces during the Dictatorship, observing the actions perpetrated for four recifenses women, from four distinct social realities and four different performances, but that they had been come close for its imminent participation in the events that if they had precipitated in the process of the military blow of 1964.

Word-keys: Women; Memory; Resistance; Blow of 1964.

Na produção histórica atual nota-se o advento de publicações que têm como objeto a crescente participação das mulheres em todas as esferas de atividades na sociedade, bem como desempenhando seus diferentes papéis. Antes esquecida ou minimizada, a presença das mulheres nas linhas da história vem se modificando nos discursos produzidos sobre o feminino, falas estas que são resultado do espaço aberto nas academias por uma nova perspectiva que insere como objeto da pesquisa, os diversos sujeitos da história. É importante ainda salientar que esta aparição representa uma conquista diversa: na política de positivar a sujeita, a história que se faz das mulheres é relacional e intenta salientar a complexidade social, própria do humano, na construção da narrativa sobre uma realidade que é também complexa. Ao evitar as afirmações binárias, próprias das narrativas tradicionais, que estimulam relações de poder desiguais entre grupos diferentes, a proposta da abordagem adotada é de afirmar a participação da mulher sem operar as dicotomias próprias do referencial patriarcal, que esta nova epistemologia critica. Com o uso do conceito de Gênero, objetiva-se reafirmar que os diversos grupos humanos participam igualmente do ambiente

* Professora da Universidade de Pernambuco, Mestra em História (UFPE) e doutoranda em História (UFBA).

social, respeitadas suas diferenças sociais naturalizadas e reproduzidas no discurso corrente na sociedade (GUIMARÃES, 2000; GONÇALVES, 2006; SOIHET, 1997).

A contrapartida à violenta ditadura militar, que se instalou no Brasil em 1964, foi a explosão de uma vigorosa cultura da resistência, que se expressou na crítica ao regime, assim como em propostas de modos alternativos e libertários de vida em sociedade. Nesse contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade que surgiram nos anos 1960–1970, movimentos de mulheres, provenientes das camadas médias, intelectualizadas, buscando novas formas de expressão da sua individualidade (PINTO, 2003; SAFFIOTI, 1987; TELES 2003). Muitos desses movimentos foram retomados de antigas lutas travadas por sua igualdade política e social, realizadas nos clubes e federações. Na luta contra a ditadura militar, essas mulheres se defrontaram com o autoritarismo masculino dentro das próprias organizações de esquerda, o que, muitas vezes, impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram. Todavia, elas demonstraram atitudes de recusa aos padrões sexuais e do modelo de feminilidade construídos na história da mulher brasileira, modelo este que a colocava sempre como auxiliar no crescimento masculino. Essas mulheres, na sua caminhada na luta contra a ditadura, questionaram as relações de poder entre os sexos estabelecidos no interior dos grupos políticos de esquerda, tentando impedir que a dominação machista fosse subsumida pelo discurso tradicional da revolução.

A História de Pernambuco é marcada por movimentos políticos refletores das lutas cotidianas entre os diversos **Grupos** que formam a sua sociedade. Essas lutas se alternam desde conflitos entre **Setores** de um mesmo grupo até os conflitos entre grupos, demonstrando a complexidade e a instabilidade das relações sociais, transversadas por diferentes interesses (das economias material e sexual) dialeticamente integrados, possibilitando o desenvolvimento desigual e combinado desses grupos (LÖWY, 1995; NOVAK, 1977). As lutas estabelecidas entre os grupos e entre os setores podem e geram movimentos de **Resistências** que, muitas vezes, resultam apenas em um re-equilíbrio (de forma dialética) do sistema, sem a alteração do *status quo* dos conflitantes, porém sempre marcado por uma mudança nas relações de força/reprodução das partes. A História de Pernambuco é, então, na micro-história, a História dos conflitos entre os grupos e entre os setores que formam a sua sociedade (MARX, 2007), e, na macro-história ou História Totalizante, a história das lutas entre os grupos inter e multinacionais do mundo globalizado (HOLANDA, 1998; IANNI, 2001). É possível destacar a atuação das mulheres em diversos momentos da ditadura que foi implantada para conter o paradigma do *Welfare State* e estabelecer uma nova hegemonia do capital multinacional, bem como dos setores que o conduziram, assim como um novo modelo

de relações interpessoais entre humanos, reconhecendo às mulheres um moderno lugar na estrutura econômica, política e social como marca do avanço do sistema de mercadoria para o arquétipo Pós-moderno (HARVEY, 1992; HELLER, 2002).

As mulheres participaram dos diversos movimentos de resistência mais como portadoras de uma nova ordem social que revolucionaria as relações entre os sexos, que uma transformação nas relações de gênero, o que exigiria uma mudança nas relações de poder advinda apenas com uma mudança na estrutura econômica (SAFFIOTI, 1987). As lutas se travaram no campo das resistências às desigualdades de sexo na *práxis* social e menos no campo das desigualdades de classe. O resultado dessas lutas foi a manutenção do *status quo* do capital multinacional no Brasil, porém realinhado ao moderno paradigma do capital internacional, uma vez que a igualdade das mulheres aos homens é antes um facilitador para a reprodução do regime no período neo-liberal, em que a inserção da mulher serve como diferencial negativo na soma do valor-trabalho favorável a manutenção da mais-valia e sustentação do lucro em tempo de crise e avanço do capitalismo, na sua fase imperialista.

Até o Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais influenciados pelas diferentes conjunturas ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro nesse período colocado na clandestinidade. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações no Brasil. As ligas camponesas na zona rural e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças no país. Lutas diárias desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional. O Recife aparece no cenário nacional como a cidade que reflete o avanço das oposições: seu governador eleito em 1962, Miguel Arraes, fora prefeito da capital e considerado o candidato das esquerdas, era freqüentemente acusado por seus adversários de comunista e “estar a serviço de Moscou”. Sua relação com o Presidente João Goulart não era amistosa, uma vez que sua popularidade no Nordeste havia alçado a condição de presidenciável nas eleições presidenciais em 1965.

Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, área de lideranças conservadoras, que ainda conviviam com a cultura dos coronéis. Este espaço ambicionado foi conquistado com sua política de articulações, que atraiu, dentre outros, o apoio de partidos de centro como o PTB, controlado por José Ermírio de Morais, empresário que aspirava um espaço no campo da

política e tinha recursos. Miguel Arraes representou "uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais" (PAGE, 1972:69), e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote esse que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluindo o Partido Comunista (clandestino desde 1946), que já elegera Pelópidas Silveira, um pessebista, para a Prefeitura do Recife em 1955. Ressalto, ainda, que quando Arraes foi eleito Governador em Pernambuco, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, foi eleito Deputado Federal; José Ermírio de Morais, empresário, foi eleito Senador pelo estado, e o General Artur da Costa e Silva passou o comando o IV Exército, em cerimonial no Recife, para o General Humberto Castelo Branco, lideranças do movimento golpista e futuros presidentes na Ditadura.

O mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio. O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como o discurso que marcou o fim do governo João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, observando o desenrolar das forças populistas. Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA, Central Intelligence Agency, iniciaram desde fins de 1950 uma estratégia para conter o avanço das forças de esquerda no país. Agiam na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinamento e aparelhamento de grupos de combate, que compravam e transportavam armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de seu manuseio. As armas compradas em São Paulo chegavam a Recife dentro de ônibus comerciais. As metralhadoras tchecas eram depositadas em algumas casas pertencentes aos empresários ligados à Federação das Indústrias e num engenho, perto da Capital, os conspiradores recebiam instruções de um oficial, também empresário e pertencente à Associação Estadual de Senhores de Engenho, liderados pelo então político Cid Sampaio, co-parente de Arraes, e desde as eleições que empossou Jânio Quadros na presidência da República em 1960, tornou-se adversário político do futuro governador pernambucano. Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o Marechal Castelo Branco, que, em Pernambuco, ainda contava com o apoio de militares como Coronel Antônio Bandeira, Coronel Ivan Rui, Coronel e deputado Costa Cavalcante e o Coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do General Justino Alves, que, em princípio, fora enviado para vigiar o então governador Miguel Arraes, a pedido de Jango.

Nos últimos dias do mês de março, pairava uma ansiedade pela tempestade dos

acontecimentos. Confusos com a falta de iniciativa da oposição direitista mais radical, João Goulart, Miguel Arraes e as esquerdas tentaram tranqüilizar seus eleitores discursando em favor da legalidade, mas pressentiam uma tentativa de golpe, como acontecera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Talvez essa indefinição refletisse mais do que a ingenuidade dos governantes ante os anseios e as investidas dos conspiradores, significasse a percepção da verdadeira capacidade de solução de cada um, a frente do evento iminente. Em Recife, Miguel Arraes gravou pronunciamento reafirmando as suas posições políticas e sua decisão de não aceitar o golpe, e Pelópidas Silveira, prefeito, alinhado com Arraes – foi Secretário da Viação no governo até 1963, quando deixou o cargo para assumir a cidade –, fez declarações públicas de crença na manutenção da legalidade, numa tentativa de conter as forças golpistas. Na noite anterior ao golpe, Silveira foi informado que se iniciara uma marcha na madrugada, comandada pelo General Olímpio Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro. Até a manhã do dia 1º de abril, mal reconhecia a existência de um comando do Exército, a IV Divisão de Infantaria, reforçada por dois outros regimentos vindos de Belo Horizonte e São João Del Rei, disposto a depor o presidente, e já o IV Exército, sediado em Pernambuco, sob o comando do General Justino Alves, aderiu ao movimento.

O mês de março de 1964, nas palavras de Pelópidas Silveira, "foi um mês muito difícil no Recife, porque houve um "*lock out*" nas classes produtoras, fecharam as fábricas, parou tudo. E o governo do Estado resistiu ao "*lock out*" (SILVEIRA, 1978). As classes médias, a exemplo de Ângela de Araújo Barreto Campelo, eram favoráveis "a todas as reformas que atingem o povo. [...] Agora, a ideologia é que eu poderia combater. Quanto a realidade, não, mas com restrições, evidentemente, porque eu respeito o direito alheio, é um direito sagrado, ninguém pode deixar de respeitar o alheio" (BARRETO CAMPELO, 01/06/1985). Apoiaram Miguel Arraes, mas não concordaram com o avanço das lutas dos trabalhadores e das esquerdas. Temiam "a revolta preparada [...] a intenção de fazer com que o povo se rebelasse" (*Idem*). E se entusiasmaram com o movimento das elites que preparavam o golpe, formando entre outras uma rede de mais de cem estações de rádio e televisão, cobrindo o território nacional, conclamando o povo a tomar parte da "Rede Democrática", alertando a população contra os governos constituídos e chamando as mulheres a integrarem o movimento e marcharem unidas e pacificamente pela sua realização. Aderiram aos protestos, apoiados por parte da Igreja, que, dentre outras instituições, cedia seus espaços para as reuniões dos grupos que reconstituíam as romarias das cruzadas.

A "Cruzada" em Pernambuco teve início nas conversas entre as mulheres que se reuniam dentro do Colégio São José. Igualmente às marchas que aconteceram em outros

cantos do país, pretendia agregar num movimento mais amplo de oposição à política das Reformas. Ângela Campelo, como as outras mulheres que buscaram apoio para suas inquietações naqueles "que dão segurança a gente" (*Idem*), integrou o movimento que possibilitou o avanço do projeto conspiratório que derrubou o presidente João Goulart, Miguel Arraes e Pelópidas Silveira, governador e prefeito, apoiados e eleitos por essa mesma classe média: "o meu pai disse: vocês vão acabar dominados por Miguel Arraes. [...] Não. [...] nós o conhecemos. [...] Ele não é absolutamente comunista, nem inclinado para a esquerda" (*Idem*). Aquelas mulheres que responderam ao chamado da "Rede Democrática", "a maior parte daquelas mulheres [...] eram antigas ex-alunas do Colégio São José. Estavam acostumadas com aquela direção das freiras" (*Idem*), o fizeram na crença de que o papel das mulheres é a manutenção da ordem, a estabilidade e a promoção social, "porque nós províamos muito o homem, principalmente aquele mais carente" (*Idem*). Por isso, perceberam o crescimento do movimento como algo natural, "E aquilo foi mais [...] E diziam que nós devemos fazer alguma coisa [...] E, de repente aquela multidão viu que já era uma força em si mesmo e saiu à rua. Aquilo foi... absolutamente espontâneo. Nada preparado" (*Idem*).

A Cruzada Feminina tinha como mote: "manter Pernambuco vivo dentro das suas tradições, [porque] a mulher pernambucana sempre foi muito ciosa da sua dignidade, da sua família e da sua pátria" (*Idem*). Com esse discurso, cooptaram grupos em outras classes sociais, onde já militavam, "Nós tínhamos muitas ligações com um grupo de lavadeiras [...] com o Córrego do Bartolomeu" (*Idem*). Militância organizada no fundamento de que "o povo não pode ser trabalhado de cima para baixo, o povo tem de ser trabalhado de baixo para cima" (*Idem*). E com uma práxis, "Então era através dos líderes e das pessoas representativas, das comunidades, que nós conseguíamos prestar alguma ajuda e difundir um pouco a nossa ideologia a respeito da ordem e do direito" (*Idem*). Assim se prepararam no mês de março de 1964, no Recife, duas grandes "Marchas da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade". A primeira realizada no dia 6 e, a segunda, no dia 19, em resposta ao comício de Jango de apresentação do projeto das reformas, inserida num movimento nacional, levando ao acirramento dos conflitos entre as elites burguesas, as classes médias e o Estado, e a imprensa ciosa a se tornar mais enfática nas suas críticas. Em 31 de março de 1964, as manchetes em alguns jornais de grande circulação no país, os mesmos citados por historiadores como operantes do golpe (COELHO, 2004; DREIFUSS, 2006; PAGE, 1972), pediam uma ação efetiva dos salvadores da pátria: "Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder" (*O Globo*, 31/03/1964).

No Recife, o governador Miguel Arraes escreveu um manifesto nordestino esperançoso e conciliador, numa tentativa de minimizar o conflito e desacelerar as forças golpistas. Sabia ele da inutilidade daquele documento, porque no Palácio, em contato com Brizola entenderam ser necessário a vinda de Jango para onde a presidência pudesse ser protegida e atuar, mas já era muito tarde. Júlia Santiago da Conceição, militante comunista, lembra "Eu estava em Palácio, de noite... Brizola achava que Jango devia vir para cá e, daqui, governar. Mas naquela hora, não havia mais condições da gente fazer uma preparação, um movimento, para Jango vir" (SANTIAGO DA CONCEIÇÃO, 02/12/1983). Essa mulher iniciou sua militância nas lutas travadas no cotidiano das fábricas de tecido aos dez anos de idade, quando procurava emprego e enfrentava os desafios de uma tenra idade carente, até que se tornou, em 1947, a primeira mulher a ocupar a Câmara Municipal do Recife e a vereadora mais votada, contribuindo, com seus votos, para a eleição de outro vereador da sua chapa. Analfabeta, descobriu que o aprendizado político pode ser uma conversa de namorados no fim do turno do trabalho, mas antes de tudo é uma escolha de vida.

No dia seguinte, 1º de abril, desde a madrugada, centenas de soldados e dezenas de viaturas se organizaram em torno a Cidade. Esperavam a ordem para ocupar o Palácio. As tropas marcharam pelas avenidas principais cercando o Campo das Princesas. Na Praça da República armaram metralhadoras que intimidavam os transeuntes desavisados e temerosos. Júlia Santiago chegou ao Sindicato dos tecelões e recebeu a notícia, "Júlia, você sabe que o Palácio foi ocupado [...] pelo Exército? Estás conversando, estás brincando" (*Idem*). Quando percebeu "como nós não tínhamos vigilância" (*Idem*), o golpe já tinha desferido sobre suas crenças um forte baque, mas não a desanimou, só tornou-a mais lúcida, "o exército aqui não fez por menos, ele não escuta, mata logo!" (*Idem*). Sua primeira iniciativa foi chegar ao Palácio, para onde seguiu de carro pelas ruas vigiadas. Na ponte que leva para o centro do Recife foi parada por uma blitz do Exército que procurava por armas, "eu estava com Amaro e Nelson, ai pedi a eles calma. Ai perguntei: o que é que há comandante? [...] Não é porque estão descendo com armas, estão vindo da parte de Gregório, que está lá organizando os camponeses" (*Idem*). Ordenaram ela passar e o carro seguiu na direção da Praça da República, de onde avistaram ainda o governador deposto, Miguel Arraes, descer as escadarias, escoltado pelos militares. Preso sob o comando do Coronel Castilho que entregou a carta da deposição do Governador, e escoltado por militares do IV Exército, seguiu de carro, um fusquinha, para o 14RI e, no dia seguinte, para Fernando de Noronha, onde ficou por vários meses.

Nas fotos estampadas no Jornal do Comércio no dia seguinte, o Governador aparecia resignado ao lado do militar. Tentara manter a governadoria, desincentivara qualquer reação

da Frente Popular ou dos grupos mais radicais, organizados e armados. Júlia Santiago retornou ao Sindicato, de onde decidiu retirar a placa com o nome da associação de trabalhadores mais atuante da época. Quis mobilizar as forças da Frente Popular, mas ouvira que o Exército já ocupara o Palácio e o governador aceitara o Golpe. A crença na legalidade se opusera a uma reação armada contra o golpe. A Vereadora, então, depois de receber ordem de fuga, tentou avisar nos comitês espalhados pelos bairros da cidade que os militantes do Partido deviam se exilar da Capital. Estava inconformada, mas decidida a não ser presa, nem deixar prenderem os companheiros, principalmente os do Comitê da Macaxeira, "que era muito forte" (*Idem*). Ainda passou pela casa de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti com a intenção de obrigá-la a fugir naquela mesma noite. Depois foi para casa se despedir e se aprontar para um exílio que durou algumas semanas. Em casa, Adalgisa Cavalcanti aguardava os acontecimentos. Foi encontrada no andar de cima da sua residência, acompanhada pelo marido. A Deputada foi denunciada, arrancada de sua casa à luz do sol. Na delegacia, foi torturada moralmente e ameaçada várias vezes de ser entregue para o Exército, "ameaçada de ir para o Exército e lá ser espancada. Esse negócio todo, desnorteada" (CAVALCANTI, 27/07/1982). Nunca denunciou a tortura porque assinou um documento afirmando foi bem-tratada, "eu não gostei de ter assinado aquele negócio" (*Idem*). Presa, por quatro meses, na Penitenciária Bom Pastor, recebeu visitas da vereadora Júlia Santiago, que insistia em auxiliar aos amigos de militância, apesar dos alertas de que podia ser presa a qualquer momento pelo envolvimento com os presos políticos. Depois de 1964, Adalgisa Cavalcanti não respondeu inquérito porque sumiram com sua ficha dos prontuários da "Permanência".

A repressão continuava cada dia com mais vigor. Políticos eram seqüestrados, presos sem ordem judicial, torturados e muitos foram mortos. Distante do centro dos acontecimentos, mas não menos envolvida, Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira viveu a tortura do regime de exceção imposto pelo governo do golpe através das prisões de sua filha Rosalina, grávida do primeiro filho, do genro Geraldo Leite, e do filho Fernando, depois um desaparecido político, bem como, o exílio do seu filho Marcelo. Essa mulher de pouca instrução, cercada de mimos pelo pai, casou cedo e teve dez filhos. Não participou diretamente de qualquer movimento político ou partido, mas confessa que instruiu os filhos no interesse pela política quando em casa, nos períodos de eleição, colava os ouvidos no rádio para ouvir contar os votos.

Lembra que na eleição em que Miguel Arraes foi candidato ao governo do estado, fez seus meninos contabilizarem os votos gritados pelo radialista. Assistiu, assim, as urnas chegarem do interior, trazendo a boa nova de um candidato do povo ser eleito chefe máximo de Pernambuco, apesar da oposição ferrenha dos usineiros, que disputavam voto a voto com o

"Zé Ninguém". Somaram as cédulas e ela soube logo que seu candidato ganhara com uma margem pequena ante seu principal rival, João Cleofas. Pouco mais de 4600 eleitores fizeram a diferença entre o novo e o velho mundo, que ela, dona Elzita e seus filhos iriam viver tantas conseqüências dessa mudança. A menina a quem os pais negaram conhecer os mortos da família aprendeu novenas de cemitério, percorrendo entre as lápides em romaria pela soltura da filha, pelo aparecimento do seu filho vivo. Ou morto, não importa, "sonho com o fim da história" (SANTA CRUZ OLIVEIRA, 14/04/2005). Essa mulher doméstica aprendeu a andar nos corredores dos gabinetes procurando por respostas, ou ao menos por ajuda. Ouviu frases simpáticas e ineficazes do então governador biônico Marco Maciel. Enviou cartas, visitou políticos, pediu ajuda a pessoas influentes como Juarez Távora, Sobral Pinto, Amoroso Lima. Adentrou as portas labirínticas das delegacias ousando questionar os repressores.

Junto com uma filha mais moça, Márcia, exigiu ver a Rosalina transferida para a prisão na Rua das Cobras. Meteu-se num carro entre policiais armados de metralhadoras e seguiu em busca da filha seqüestrada. Evitou assim, que a repressão negasse as detenções de Rosalina e do genro, presos por delação de terem participado da fuga de um casal de camponeses, levados de carro do Rio de Janeiro para a Bahia, entre outras tarefas que fizeram a serviço da JUC, Juventude Universitária Católica, mas isso é outra história. Dessa forma, aos poucos foi participando da luta pela anistia, pelo reconhecimento dos desaparecidos políticos, do Grupo Tortura Nunca Mais. Foi ficando corajosa, "Meu marido adoeceu porque ele não tinha a coragem que eu tinha. Ele às vezes tava ali na grade, ficava olhando. Nunca deixou a gente trocar o telefone [...] que era censurado" (*Idem*).

Nessas andanças e "falanças" foi construindo junto com outras mulheres e homens uma teia que alarmou as ações impetradas pelo Serviço Nacional de Segurança, essa força tarefa do estado de exceção que mergulhou o mundo numa fumaça de medo e alienação, abalada pelos gritos maternais de mulheres que nunca desistiram de encontrar seus parentes, filhos, esposos, pais, ausentes. Um dia depois do longo suspense, a 2 de abril, jornais abertamente favoráveis ao golpe militar voltaram a estampar manchetes, discursos em forma de editoriais e eloqüentes narrativas jornalísticas que faziam acreditar que o povo se arrependera dos milhares de votos nas urnas em favor do projeto dos nacionalistas e das esquerdas brasileiras que pretendiam reformas legais, agora declaradamente os "inimigos da nação": "Fugiu Goulart e a Democracia está sendo Restabelecida" e "A assembléia de Pernambuco votou o Impeachment de Arraes" (*O Globo*, 02/04/1964). Em letras garrafais deram aos leitores uma seqüência de retratos em preto e branco do desejo construído no silêncio e na ausência de uma oposição. Fizeram crer às massas, esse povo sem identidade,

que clamavam o retorno dos militares, que no imaginário das elites um dia representaram o país. Queriam a volta do "progresso" com ordem e "sem violência": "A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento" (*O Dia*, 02/04/1964). Entretanto, o golpe que resistiu às primeiras horas do parto e engendrou ainda muitas contradições, criou seu próprio fim e com as mesmas letras garrafais "morinbundarou" na anistia.

REFERÊNCIAS

FUNDAJ – CEHIBRA: Movimento Político, Militar de 1964 no Nordeste: Entrevistas: ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI, em Recife, 27/07/1982; ÂNGELA DE ARAÚJO BARRETO CAMPELO, em Recife, 01/06/1985; JÚLIA SANTIAGO DA CONCEIÇÃO, em Recife, 02/12/1983.

FUNDAJ – CEHIBRA: Preservação da Memória dos Presos Políticos e Anistiados da Ditadura Militar de 1964: Entrevista: ELZITA SANTOS DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, em Olinda, 14/04/2005.

FGV – CPDOC: História Contemporânea do Brasil: depoimento: PELÓPIDAS SILVEIRA, no Rio de Janeiro, 1978, 41p. *In*: http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/04/depoimento-de-pelpidas-silveira-ao.html. acessado em 02/05/2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.

COELHO, Fernando. *Direita Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

DREIFUSS, Renè Armand. *1964, A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. "Feminismo e Ciências Sociais". *In*: *Revista Symposium*, ano 4, número especial, Recife: UNICAP, dez/2000, pp 47-55.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes e FEHÉR, F., *A Condição Política Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Francisco Xavier de. *Do Liberalismo ao Neoliberalismo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de História. São Paulo: PUC, 2005.

LÖWY, Michael. "A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado". 1995. HTTP://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf (texto integral) acessado em 18/07/2008.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MORENO, Nahuel. *As Revoluções do Século XX*. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.

NOVAK, George. *La Ley del Desarrollo Desigual e Combinado*. Buenos Aires: Pluma, 1977.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu

Abramo, 2003.
REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
SAES, Décio. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
SAFFIOTI, Heleieth. "Feminismos e seus Frutos no Brasil". *In*: SADER, Emir de M. *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
SCOTT, Joan. "Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica". Recife: SOS CORPO, 1991.
SOIHET, Rachel. "História das Mulheres". *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp 275-296.
TELES, Maria Amélia de A. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
YANNOULAS, Sílvia Cristina. "Iguais mas não Idênticos". *Estudos Feministas,* vol. 2, N. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, pp 7-16.